



CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

I PLENÁRIA NACIONAL

RESOLUÇÃO POLÍTICA

Maio de 2017

ESTÁ É UMA PUBLICAÇÃO DA CSD - CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

COORDENAÇÃO NACIONAL: DOS ESTADOS:

Alex Fonseca

Ana Claudia Silva de Souza

André Moreira

Bárbara Peixoto

Camila Barroso

Claudemir Brito

Daniel Mittelbach

Dary Beck Filho

Eliete Vieira

Gilberto

Gilmar Santos

Gilnair Pereira

Girlene Lázaro

Henrique Rodrigues Torres

Letícia Raddatz

Lúcia Maria dos Santos

Lucíola Semião

Manoel Moura

Nádia Brixner

Rosângela Costa

Sérgio Amorim

Simeri Ribas Calisto

Stefânio Marques Teles

Tatiana Cibebe Oliveira

Walquíria Olegário Mazeto

DOS RAMOS

Adércia Hostin

Arilson Wunsch

Carlos Itaparica

Cícero Lourenço da Silva

Elizeu Rodrigues Gomes

João Rodrigues dos Santos

José Maria dos Santos

Lirani Maria Franco

Mara Weber

Margareth Gonçalves

Maria Aparecida do Carmo

Marlei Fernandes

Mauro Salles Machado

Rafael Pereira

Rosalina Amorim

Thadeu Almeida

DA NACIONAL

Daniel Gaio

Janeslei Albuquerque

Milton Rezende

Rafael Freire

Rosana Fernandes

Rosane Silva

REDAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO:

Ernesto Salles, Daniel Angelim, Gustavo Codas, Maria Luiza Costa, Luz González, Marcelo Fragozo, Marilane Teixeira, Táli Pires de Almeida, Rosane Silva e Vania Gomes.

DIAGRAMAÇÃO:

Jéssika Martins Ribeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
.....	
1 - CRISE DO NEOLIBERALISMO: RISCOS E OPORTUNIDADES DE SUPERAÇÃO	7
.....	
2 - BRASIL: DEFENDER CONQUISTAS, COMBATER RETROCESSOS E RESGATAR A DEMOCRACIA	11
.....	
3 - DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA E O MOVIMENTO SINDICAL	24
.....	
4 - AMPLIAR A AGENDA, SUPERAR DESIGUALDADES E GARANTIR OS BENS COMUNS	33
.....	

APRESENTAÇÃO

1. A CSD CUT Socialista e Democrática nasceu em 2002, reafirmando a posição estratégica da atuação e construção do sindicalismo organizado na CUT. A aposta numa corrente sindical só se justifica quando ela combina concepção sindical com concepção política; quando tem capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva; quando sua identidade se expressa em uma prática e em posições políticas comuns; quando as diferenças internas não levam ao imobilismo. Somos uma tendência militante, democrática e socialista.

2. Por compreendermos que a luta econômica não encerra a luta política de classe, defendemos o engajamento da militância sindical na organização partidária e no fortalecimento da sua ação. A consciência política é forjada no cotidiano da luta política realizada também pelo partido, pois é nesta arena de combate que tratamos os temas que dizem respeito a toda a sociedade ou à maioria dela. A CSD, orientada por este princípio, referencia-se no Partido dos Trabalhadores (PT) como a organização partidária que reúne a vanguarda sindical e popular de esquerda no Brasil.

3. A militância da CSD nas estaduais e ramos da CUT possui um papel dirigente fundamental: promover o sindicalismo combativo. Não nos pautamos simplesmente por nossa autoconstrução enquanto corrente política. Nossa capacidade de crescimento está diretamente relacionada ao nosso potencial de assumir tarefas de construção das entidades cutistas, de suas agendas de luta, de coesão de sua base social em torno do programa democraticamente definido pela Central Única dos Trabalhadores.

4. Em Fevereiro de 2016, realizamos a V Conferência Nacional da CSD, em São Paulo. Naquele momento, passado o 12º CONCUR - Congresso Nacional da CUT, e num ambiente de flagrante ataque à democracia brasileira e de ofensiva conservadora, apontamos as prioridades estratégicas para nossa ação e da CUT. De um lado a luta democrática, contra o iminente golpe midiático-parlamentar, partindo da unificação da ação da esquerda

junto às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. De outro a luta política, para que o governo eleito reassumisse o compromisso com o programa eleitoral que lhe levou à vitória em 2014 e para frear a agenda conservadora que avançava no Congresso.

5. Passados pouco mais de dozes meses, apesar da histórica resistência democrática e popular, presenciamos um golpe e o afastamento de uma presidenta eleita pelo voto popular, sem que qualquer crime fosse comprovado. O governo ilegítimo que emerge, sustentando por uma grande unidade dos diversos setores da direita nacional, sem compromisso popular, explicita seu programa de retirada de direitos, liquidação do Estado, privatização do patrimônio público, ampliação da iniciativa privada nos serviços públicos e subordinação do país aos interesses do capitalismo internacional.

6. Esses acontecimentos alteram estruturalmente o posicionamento e as tarefas da esquerda, do movimento sindical e da CUT na conjuntura e exigem uma reflexão e um planejamento coletivo que oriente a militância para um novo período político, cujo caráter está em disputa. Por isso, a Coordenação Nacional da CSD compreendeu como necessária a convocação de uma instância nacional, intermediária entre nossa Conferência Nacional e nossa Coordenação Nacional. Uma instância representativa da nossa diversidade, que ampliasse o debate para além das direções sindicais, orientasse nossa ação política no próximo período e preparasse nossa intervenção no Congresso Extraordinário e Exclusivo que a CUT acaba de realizar.

7. Após os debates nas categorias, ramos e estados, realizamos a I Plenária Nacional da CUT Socialista e Democrática durante os dias 19, 20 e 21 de maio de 2017. Como resultado desse rico processo apresentamos agora a resolução política que expressa o acúmulo do debate coletivo até aquela data e que é instrumento atual para orientação da nossa militância nos embates da conjuntura, desafios e ações permanentes da nossa prática sindical.

CRISE DO NEOLIBERALISMO: RISCOS E OPORTUNIDADES DE SUPERAÇÃO

1. Os primeiros indicadores – econômicos e sociais – que chegam a público em 2017 mostram que ainda nos encontramos sob os efeitos da crise iniciada no fim da década passada. As notícias, em sua maioria, não são animadoras: freada da economia chinesa, as incertezas provocadas pela eleição/gestão econômica do presidente Donald Trump, o Brexit, e da expansão do fenômeno dos juros negativos em países ricos sugerem um longo caminho para a recuperação.

2. Está claro que a crise econômico-financeira que iniciou-se nos Estados Unidos com a quebra do Banco de investimentos Lehman Brothers em setembro/2008 está viva e dá sinais inequívocos que continuará provocando estragos. Considerada a mais grave crise econômica mundial desde 1929, os prognósticos de que os seus efeitos se fariam sentir por muito tempo parecem se confirmar. Ainda mais quando os países - com raras exceções - respondem com ajustes, ortodoxia e arrocho.

3. Essa crise teve consequências – de desaceleração ou de recessão econômica – sobre o conjunto dos países de mundo. Trouxe importantes impactos negativos sobre o Brasil e boa parte da América Latina.

4. As previsões – divulgadas ainda no final do ano passado – pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reviram, para baixo, as projeções de crescimento mundial para 2017, com um volume total do que será comercializado no mundo, que muito provavelmente será o menor em décadas.

5. Um dos principais elementos da conjuntura internacional é a eleição de Donald Trump (EUA). Sua gestão, até o momento, é marcada pela imprevisibilidade e insegurança das políticas econômicas e internacional dos Estados Unidos. Pelo gigantismo da sua economia, as decisões protecionistas irão certamente influenciar drasticamente o comportamento do comércio global, que seguirá

interferindo no crescimento de praticamente todos os países do mundo. Desta forma, é concreta a possibilidade dos EUA e China liderarem uma perigosa guerra comercial, ou financeira/cambial.

6. Do ponto de vista político, que está completamente "contaminado" pela economia, a eleição de Trump faz parte de uma série de grandes revoltas políticas que, juntas, sinalizam um profundo estremecimento da hegemonia neoliberal. Elas incluem a votação pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a rejeição das reformas do então primeiro-ministro Matteo Renzi (Itália) e o apoio à direita Marine Le Pen da Frente Nacional francesa, dentre outras.

7. Estes são sinais incontestes que o programa neoliberal já não tem a mesma força política-ideológica hegemônica que já teve na Europa durante os anos 1980 ou na América Latina na década seguinte. O que vemos agora é uma disputa que envolve forças conservadoras que disputam essa hegemonia com a xenofobia, a perseguição aos migrantes das periferias do capitalismo e muçulmanos, o racismo, o machismo, a reivindicação da violência policial em resposta ao medo da população pela insegurança cidadã, etc

8. A Europa, neste mesmo sentido, atravessa sua pior crise desde o final da segunda guerra mundial. Os conflitos violentos nas fronteiras europeias, somados ao acirramento da questão migratória e dos refugiados, exacerbam ainda mais as graves consequências da equivocada política econômica ortodoxa imposta pela Alemanha e pela Comissão Europeia. O resultado não poderia ser diferente: conflito social e reações xenófobas nos países desenvolvidos, ante o efeito provocado pelas diferentes guerras produzidas na Síria, Iraque, Afeganistão e outros países como parte da chamada "Guerra ao Terrorismo" e da intervenção das coalizões do Ocidente em seus territórios.

9. Na área do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um novo relatório, alerta que suas previsões são de que o desemprego vai continuar a aumentar e o crescimento econômico continua a desiludir a nível mundial em 2017. Segundo essas previsões o desemprego mundial vai a quase 6% da população economicamente ativa mundial. A tendência é que haverá um incremento significativo na quantidade de pessoas em empregos vulneráveis ou em situação de pobreza, mesmo que trabalhando. O crescimento global será de apenas 3%, o comércio internacional se estagnar e os desafios (reduzir a pobreza, a desigualdade e o desemprego) vão se agigantar.

10. No que se refere a região da América Latina e do Caribe, os indicadores econômicos vão no mesmo sentido. Vivemos a pior crise econômica em muitas décadas, que sacrifica muito fortemente a classe trabalhadora, com particular crueldade para os jovens e as mulheres. É justamente entre estes "setores" que estão as piores condições de trabalho.

11. Com os últimos números da economia divulgados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) fica claro que a crise que se iniciou no coração do capitalismo se espalhou para a América Latina por meio de mudanças das condições econômicas externas, como uma forte fuga das divisas em direção aos países desenvolvidos, extinção do crédito externo e forte redução das exportações e das entradas de investimentos diretos estrangeiros.

12. Esse cenário coloca desafios ainda maiores para impulsionar um autêntico desenvolvimento, exercido de forma tal a responder equitativamente as necessidades ambientais das gerações presentes e futuras, com justiça social e aumentos da participação do salário na renda nacional. A crise política, social, ecológica e econômica reverte o sentido de diminuição das desigualdades da região (a mais desigual do mundo), agravada fortemente pela política de ajuste estrutural praticada em vários países (Argentina, Brasil etc.). Estas respostas só aprofundam o ciclo vicioso de desigualdade na distribuição da renda, com as consequências de maior informalidade e exclusão, favorecendo a apropriação da renda e a concentração da riqueza.

13. Uma das falsas saídas para a crise econômica passa pela adoção dos tratados comerciais de novo tipo, que - ao fim e ao cabo - querem redefinir a geoeconomia mundial de acordo com os interesses das empresas transnacionais. O Tratado Internacional de Serviços (TISA, por suas siglas em inglês), a Associação Transatlântica para o Comércio e o Investimento (ATCI ou TTIP, por suas siglas em inglês) e o Acordo União Européia-Mercosul etc., caso implementados, representam uma maior precarização do trabalho e o avanço dos interesses corporativos sobre as soberanias nacionais e dos povos. A classe trabalhadora e o conjunto dos movimentos sociais - que já lutaram contra a ALCA - sabem que a integração econômica pelo modelo neoliberal se dá pela transferência de riquezas para os detentores do capital e retirada de direitos fundamentais dos povos.

14. Este cenário preocupante é agravado pela crise democrática que passa a região. As dificuldades econômicas, os escândalos de corrupção e a insatisfação com os serviços públicos estão fazendo estragos na opinião que os latino-americanos têm da democracia. De acordo com o Latinobarómetro, 23% dos latino-americanos são "indiferentes" se há um

regime democrático ou não. Os números são puxados para baixo justamente pelo Brasil: o apoio a esta forma de poder diminuiu 22 pontos percentuais no país, passando de 54% em 2015 para 32% neste ano. Objetivamente esta crise se materializou na última década no golpe jurídico parlamentar em dois países da região (Paraguai e Brasil) precedidos pelo golpe em Honduras (2009) e tentativas na Venezuela de Hugo Chávez e no Equador de Rafael Correa.

15. Esse cenário de refluxo econômico e crise democrática indicou que a continuidade das políticas de inclusão social exigiria reformas econômicas e sociais mais profundas e estruturais, aumentou os conflitos distributivos entre classes, com um acirramento da luta de classes. A consequência óbvia desse cenário é um impasse entre avanço progressista e retrocesso neoliberal, com clara vantagem até aqui para a ofensiva conservadora, que mostra amargos resultados na região como o aumento da pobreza - que atinge 29,2% da população segundo a CEPAL, e a ampliação da precariedade no mundo do trabalho.

16. O movimento sindical continua apostando na combatida dinâmica de integração que ainda temos. A CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) podem ainda ser uma resposta para as consequências da crise. As lutas nacionais contra a direita, contra os golpistas, as lutas democráticas e lutas sociais por reivindicações econômicas, deverão se combinar necessariamente com a reivindicação da soberania nacional e do projeto de integração regional com uma inserção soberana, ativa e ativa no Hemisfério e no Mundo.

BRASIL: DEFENDER CONQUISTAS, COMBATER RETROCESSOS E RESGATAR A DEMOCRACIA

1. A realidade política, econômica e social presente e o sentido de futuro que o governo golpista busca imprimir a cada iniciativa contrastam com as conquistas sociais iniciadas em 2003 com os governos petistas. O Brasil estava se transformando em um país com maior igualdade e com mais direitos, resultado de uma trajetória de desenvolvimento com transformação social. O enfrentamento a todas as formas de discriminação tinha na redução da pobreza e da desigualdade seu maior desafio.

2. Avanços econômicos e sociais impulsionaram o mercado de trabalho, com ampliação substantiva dos níveis de emprego e renda, fazendo do emprego um dos principais motores para o enfrentamento desse desafio. Os avanços podem ser constatados através de uma recuperação dos principais indicadores econômicos e sociais consubstanciadas fundamentalmente em uma melhora nas condições de vida de mulheres e homens em nossa sociedade. É nesse contexto que os trabalhadores e trabalhadoras ampliaram suas pautas de reivindicações, incorporando novos temas, especialmente aqueles ligados à igualdade de oportunidades, ampliação de direitos, como a licença maternidade e punição às práticas de assédio moral e sexual no trabalho.

3. A formalização do trabalho e a elevação média dos rendimentos são os aspectos mais marcantes do desempenho do mercado de trabalho entre 2003 e 2014. Esse resultado está associado à elevação dos componentes de melhora da situação geral da classe trabalhadora, tanto no que concerne a geração de empregos - 12 milhões gerados entre 2004 e 2013, quanto à crescente formalização - 20 milhões formalizados no mesmo período, além da queda da miséria que atingia 26,2 milhões em 2003, e chega a 8,2 milhões em 2014. Importante destacar que as mulheres correspondem a 46% dos empregos formais criados e, pela primeira vez, a população negra foi maioria entre os ocupados.

4. A presença ativa do Estado na economia estimulando a consolidação de um mercado de consumo interno forte, através da transferência de renda para combater a pobreza, do financiamento da atividade econômica com juros mais próximos da realidade internacional, do investimento direto em infraestrutura e habitação, ou ainda pela atualização de marcos regulatórios de setores estruturantes da economia, resultou num contínuo crescimento dos salários na renda nacional e despertou a reação dos setores contrariados, especialmente do rentismo, que vinham reacumulando forças depois de sucessivas derrotas eleitorais.

5. Isso significou, ainda durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma, a aposta num crescente *lockout* do investimento privado, que encontrava nas políticas de subsídio abrigado para confortável manutenção de suas taxas de lucro. No congresso, os patrocinadores de campanhas cobraram a conta de seus subordinados e o governo perde força, Eduardo Cunha teve caminho aberto e já vislumbrava a presidência da Câmara. As manifestações de Junho de 2013, apesar do debate sobre sua natureza, atores e forma de ação, foram capturadas pela grande mídia, especialmente a Rede Globo, convertendo-se de legítimas manifestações políticas por mais direitos, em instrumento de enfraquecimento da política e do governo impactando negativamente a economia. Finalmente, às vésperas da eleição presidencial tem início a Operação Lava Jato, que além de se constituir em instrumento eleitoral da direita, trazendo o judiciário escancaradamente à arena política, produz impactos já em 2014 na economia, ampliados em 2015.

6. Em que pese esse acirramento da disputa com os setores contrariados por um programa de desenvolvimento nacional soberano, a Presidenta Dilma vence democraticamente as eleições de 2014 num dos debates mais transparentes da história política nacional a respeito das prioridades da nação. Contudo, a ação governamental que se estabelece a partir da vitória é uma réplica do programa econômico do adversário derrotado. Alta dos juros, restrição em importantes políticas sociais (pensões, seguro-desemprego, pronatec, FIES), aumento generalizado de preços administrados pelo governo- impactando fortemente os índices de inflação-, corte no orçamento público e no financiamento da atividade econômica pelo BNDES.

7. A tentativa aparente de recuperar a tolerância de setores contrariados pela agenda econômica em curso, teve como consequência prática a paralisação da economia, o desemprego e a queda da massa salarial na renda nacional. Essa conduta leva a rápida revisão das expectativas quanto ao crescimento da economia. Já que bancos não visam crescimento econômico e sim lucro para eles isso não é tão relevante, já para o eleitorado essa perspectiva resulta em inversão entre os índices de aprovação e rejeição do governo

num período menor do que seis meses.

8. As escolhas econômicas contraditórias com o programa eleitoral levaram a deterioração econômica - com encolhimento do PIB de 3,8% em 2015, perda drástica do apoio popular e abriram as portas para o golpismo que espreitava desde o resultado das eleições a partir de todos os flancos.

9. A unificação da oposição dirigida pelo PSDB com o PMDB, que passa a vislumbrar a real possibilidade de tomar de assalto o poder, foi o alicerce parlamentar do golpe. O ativismo político da mídia, num novo padrão de enfrentamento, somado à ação coordenada e patrocinada de movimentos de direita são o caldeirão da confusão a que a opinião pública foi submetida, sem que houvesse reação de nossa parte à altura dos ataques. Apesar dos avanços nas políticas sociais durante os governos do PT, não tivemos capacidade de desenvolver uma política de comunicação social que difundisse e consolidasse no imaginário popular, nosso programa e nossas conquistas. A motivação já não era relevante, qualquer pretexto ou neologismo que justificasse a ruptura democrática era suficiente. O ponto de unidade é a interrupção do governo eleito por meio de um golpe e a retomada plena do programa neoliberal.

10. As famosas "pedaladas" são uma farsa completa. Foi construída uma tese sem sustentação técnica nenhuma, que nunca havia sido usada para fatos idênticos com o objetivo de justificar o pedido de impeachment presidencial. No imaginário popular, "pedalada" significa atrasar pagamentos, e tal recurso não é proibido na legislação brasileira, como bem sabem os servidores públicos de várias regiões do país. Muitos governos utilizaram as pedaladas fiscais sem nunca terem sido caracterizadas como crime.

11. A narrativa econômica de um país no vermelho, parcialmente assimilada pelo próprio governo, aos poucos se converte em realidade pela força da mídia, da política e dos equívocos na condução da economia. Na verdade, não houve um aumento irresponsável dos gastos do governo, mas sim uma grande queda na arrecadação, resultado da queda do crescimento econômico. A desaceleração do crescimento foi resultado do prolongamento da crise econômica internacional e foi agravada pela política de austeridade. A queda da arrecadação, associada ao aumento da taxa de juros foram os verdadeiros responsáveis pela elevação do déficit. Não foi o desequilíbrio fiscal que interrompeu o crescimento, mas a desaceleração do crescimento que produziu a crise fiscal.

12. Os gastos sociais e em investimentos do governo nunca estiveram fora do controle, mas sim, os juros aviltantes pagos em decorrência de uma taxa de juros estratosférica que só faz a dívida crescer de forma exponencial. Para que se tenha uma ideia, a totalidade da dívida pública líquida do Brasil em 2014 correspondia a 32,6% do PIB. Já os juros da dívida pagos em 2015 foram de 8,5% do PIB. Ou seja, menos de quatro anos de pagamentos de juros nesses patamares já equivaleria à totalidade da dívida existente em 2014. O tamanho da dívida não é expressivo sob qualquer parâmetro, em especial internacional. O problema está claramente na dimensão distorcida do juro pago. Na verdade, ao contrário do que nos querem fazer crer a grande mídia e os economistas dos bancos, não temos dívida por gastar demais. Temos dívida por pagar juro demasiado e desvinculado dos fundamentos da economia.

13. A política de ajuste fiscal implementada a partir de 2015 se radicaliza e transforma, a partir do golpe, num verdadeiro acerto de contas com a Constituição de 1988. O governo ilegítimo caminha na direção de reformas estruturais de caráter neoliberal, visando comprometer o país com uma trajetória de longo prazo de redução do papel do Estado na economia, esvaziamento das políticas sociais e preservação das receitas provenientes dos lucros.

14. A principal medida de esvaziamento do Estado implementada pelo governo golpista no ano de 2016 foi a Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos sociais do governo federal por até 20 anos. Essa medida, que não leva em conta o crescimento populacional, ou as necessidades do povo num cenário de aumento do desemprego e crise econômica, ainda toma como referência os gastos do ano de 2016, reduzidos em termos históricos por conta da crise econômica. A EC 95 é a mais dura lei de austeridade de todo o mundo e compromete qualquer iniciativa de ampliação de serviços públicos essenciais como saúde e educação. Ou seja, um governo não diretamente eleito, implementa uma lei que engessa as políticas sociais dos próximos quatro governos.

15. Essa conduta não contribuiu em nada para a recuperação da economia e do nível de emprego. Na contramão do ocorrido nos anos anteriores em termos de política social e de emprego, chegamos no final de 2016 com uma taxa de desemprego, de 11,5% e uma perda de 2,9 milhões de postos de trabalho entre 2015 e 2016. Entre aqueles que conseguiram se manter no mercado de trabalho, amplia-se a informalidade e são reduzidos os rendimentos médios provenientes do trabalho.

16. Já para os patrocinadores do golpe, a conta é paga religiosamente em dia. Somente em 2016 foram transferidos para o sistema financeiro mais de R\$ 1,35 trilhão com refinanciamento, amortização, juros e encargos da dívida pública, enquanto que o orçamento da seguridade social, que envolve previdência, assistência e saúde totalizou para o mesmo ano praticamente metade disso, R\$ 750,9 bilhões.

17. Enquanto desmonta as políticas sociais e busca reduzir os rendimentos do trabalho, o governo golpista avança na entrega de setores estratégicos da economia nacional, retirando a exclusividade da Petrobras sobre a exploração do Pré-Sal, atraindo capital estrangeiro para concessões de infraestrutura e projetando a venda de terras a estrangeiros. Ao mesmo tempo, frente ao desmonte de setores estratégicos da economia nacional e a retração na indústria, ganham ainda maior influência os setores ligados ao agronegócio para exportação. O projeto de desenvolvimento com inclusão social é substituído pela estratégia de liquidação de direitos, a exemplo das propostas de reforma da previdência e trabalhista, em favor dos interesses e exigências do capital.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O FIM DA APOSENTADORIA

18. A proposta, enviada pelo executivo para a Câmara Federal, é uma ataque à classe trabalhadora. De todas as mudanças que a previdência já passou desde 1988, tanto para servidores públicos, quanto para os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos e rurais, sem dúvida essa é a mais perversa e atinge todas as pessoas e trabalhadoras, exceto os militares, parlamentares e juizes. Mas ela é especialmente cruel com as mulheres e trabalhadores e trabalhadoras rurais que, por suas especificidades, tinham reconhecido desde a promulgação da constituição federal de 1988 o direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade diferenciadas.

19. No caso das mulheres, parte-se do reconhecimento de que por estarem submetidas a condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho, por serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados, e as primeiras a serem atingidas pelo desemprego e a informalidade em tempos de crise, a diferenciação é uma questão de justiça, da mesma forma que em relação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que ingressam no mundo do trabalho desde os 10 anos de idade e enfrentam condições de trabalho extremamente adversas.

20. Segundo a proposta, serão necessários 49 anos de trabalho com registro em carteira para assegurar a aposentadoria integral. Isto significa ingressar no mercado de trabalho aos 16 anos e seguir sem interrupções até os 65 anos de idade. Essa proposta não condiz com

a realidade brasileira, em que o desemprego e a informalidade acompanham a trajetória laboral da classe trabalhadora. A falácia que os brasileiros se aposentam prematuramente não se sustenta quando confrontada com os dados. As idades médias na concessão de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição aumentaram nestes últimos 20 anos. Além disso, os dados revelam que mesmo depois de aposentadas as pessoas seguem trabalhando, visto que o benefício auferido é incompatível com a manutenção de uma vida digna.

21. Nesse sentido, o projeto tem dois grandes objetivos: retardar ao máximo o período de aquisição da aposentadoria, reduzindo os rendimentos médios do benefício, e desmontar uma das políticas mais bem-sucedidas de seguridade social no mundo, condenando gerações inteiras a nunca ter acesso a aposentadoria, algo que estimula o sentimento entre os jovens de que não vale a pena contribuir para o sistema de seguridade social. Com isso se abre espaço para a proliferação de planos de previdência privada, o que já se mostrou perverso em outros países, como o Chile.

22. Em relação às aposentadorias rurais, o projeto propõe que a contribuição atual - determinada por um percentual da receita oriunda da comercialização dos produtos - seja substituída por uma contribuição individual nos mesmos moldes dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos assalariados. Tal proposta significa excluir as mulheres do sistema, uma vez que as famílias, pela cultura machista predominante em nossa sociedade, optarão pela contribuição do sexo masculino.

REFORMA TRABALHISTA: FLEXIBILIZAR PARA EXPLORAR MAIS

23. A agenda precarizante e de retirada de direitos, suspensa nesta última década por um ambiente mais favorável aos trabalhadores e trabalhadoras, emergiu. Pelas mãos de um governo ilegítimo e sem mandato popular voltaram à pauta aquelas propostas que, nos anos liberais de FHC, protagonizaram a flexibilização das normas de proteção social ao trabalho, com retirada de direitos.

24. Trata-se da agenda prioritária do capital, a reforma trabalhista, que, ainda em 2012, foi retomada pelo documento da Confederação Nacional da Indústria, CNI, "101 propostas para Modernização Trabalhista, publicado em 2012", período em que coincide com a perda de dinamismo da economia, especialmente da indústria. Em 2015, ao reeditar sua agenda anual, "Agenda legislativa da Indústria 2015", a CNI deu ênfase a dois temas: o negociado sobre o legislado e a terceirização. No mesmo ano, o PMDB publicou o documento

intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, com destaque para a redução das políticas sociais e do trabalho.

25. A reforma trabalhista, embora faça parte da agenda permanente dos empresários, ganha maior relevância em contextos econômicos e políticos mais complexos em que reformas estruturais são eleitas como a única alternativa para o capital movimentar-se livremente e retomar um novo ciclo de acumulação. Entre as reformas liberalizantes, a ênfase é dada à da área do trabalho. O argumento usado é o de que há um excesso de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943, sendo afirmado que tal “excesso de rigidez” impede que a iniciativa privada realize os investimentos necessários para a retomada dos níveis de atividade econômica e do emprego. Portanto, a semelhança com as motivações dos anos de 1990 não é mera coincidência. É o retorno do projeto derrotado nas urnas desde 2002, pelas mãos de um governo impopular e ilegítimo.

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: TRANSFORMAR DIREITOS EM CONTRAPARTIDAS

26. No congresso se encontram três projetos que tratam do negociado sobre o legislado e da reforma trabalhista: dois projetos de Lei o PL 4193/12 e o PL 4962/16, ambos tratando do negociado sobre o legislado. O negociado sobre o legislado tem sua origem no segundo mandato do governo FHC (1998-2002), período em que várias medidas provisórias e projetos de lei propunham a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com a justificativa de serem medidas essenciais para a geração de emprego. No final de 2016 o governo golpista envia para o Congresso o PL 6787/16 que trata da reforma trabalhista.

27. Na atualidade, o discurso empresarial na defesa da flexibilização dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras volta-se para a busca de competitividade uma vez que já não é possível atribuí-la como fator de criação de empregos, este sim resultante do dinamismo econômico. Agora a prática é estimulada dentro de um contexto determinista, trata-se de criar ambiente institucional favorável para que os empresários retomem seus níveis de investimento. Essa concepção está expressa no documento “Uma Ponte para o futuro”, quando diz: “na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos”. (2015, p.19). Ou seja, a condição para a retomada do desenvolvimento são as reformas, entre elas, a alteração do artigo 618 da CLT.

28. Para os empresários a legislação trabalhista foi formada no contexto social e produtivo do início do século passado, com excesso de proteção e rigidez. Entendem que o cumprimento de determinados dispositivos legais está pouco ajustado a realidade específica dos diferentes setores e regiões o que proporciona um aumento nos custos do trabalho, impondo restrições à produtividade e à competitividade.

29. As pressões pela flexibilização se intensificaram nos últimos anos como forma das empresas se adaptarem em parte a um contexto de menor retorno sobre os investimentos realizados, parte porque os rendimentos do trabalho vêm superando os ganhos do capital, com a melhoria da distribuição de renda, refletindo sobre suas margens de lucros que em 2008 oscilavam em torno de 10% e cai para 5% em 2012. Soma-se a isso, as mudanças de caráter estrutural e a reestruturação nos processos organizacionais, através da racionalização do uso do tempo, dada a presença de uma demanda cada vez mais instável e irregular é fundamental para o capital dispor da força de trabalho em tempo integral ajustando jornada, férias, de acordo com as suas necessidades, e com isso eliminando os tempos mortos e os direitos consagrados pela nossa legislação trabalhista são um entrave ao capital.

30. A redução nas margens de lucro e a elevação dos salários acima da inflação desde 2003 motivou uma forte reação dos setores empresariais no sentido de pressionar o governo a conceder subsídios, isenções e desonerações tributárias. No entanto, esse esforço que consumiu em 2012 R\$ 182 bilhões, em 2013 R\$ 225 bilhões e em 2014 R\$ 254 bilhões não produziu os resultados esperados uma vez que os investimentos privados não foram concretizados. Essas políticas serviram apenas para a recomposição de suas margens de lucro.

31. Além disso, as conquistas sindicais contribuíram para elevar os padrões salariais e os benefícios de setores mais estruturados da classe trabalhadora. Nesse cenário, os resultados das Convenções Coletivas se estenderam também para o conjunto dos trabalhadores independentemente da posição que ocupam ou da função que exercem no local de trabalho. Para o capital, esse padrão se torna insustentável e, na ânsia de manter as margens de lucro e ampliar a exploração do trabalho, em nome de discurso "modernizador", a via adotada é a da flexibilização dos direitos da classe trabalhadora.

32. Diferentemente do propalado pelos setores empresariais, não há nenhuma possibilidade de que as Negociações Coletivas se fortaleçam com a aprovação do "negociado sobre o legislado". No Brasil, ampla legislação regula as relações de trabalho, protegendo os

trabalhadores e trabalhadoras com a garantia de direitos mínimos, expressos na CLT e na Constituição de 1988. Historicamente, os Acordos ou as Convenções Coletivas têm como objetivo elevar o patamar civilizatório mínimo expresso na lei, ampliando a proteção social, fortalecendo o instituto da negociação, a representação sindical e os próprios trabalhadores e trabalhadoras. Ao contrário do propalado pelos defensores da ideia, a possibilidade de renúncia a direitos pela via da flexibilização que a supremacia do negociado sobre o legislado pode significar, fragmenta a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e a própria luta sindical, em um contexto de perseguição a dirigentes sindicais e desrespeito à organização sindical.

33. O parecer do referido Projeto de Lei foi divulgado pelo relator no dia 12 de abril de 2017, além de ampliar os aspectos das relações de trabalho que podem ser livremente negociados, propõem mudanças substantivas em mais de 200 dispositivos da CLT dentre artigos e parágrafos. Em uma completa inversão dos fatos, o relatório responsabiliza o que denomina de “excessos” da legislação pelo desemprego e pela informalidade e, com isso, reforça a individualização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e da justiça do trabalho. Trata-se de um desmonte dos direitos sociais, das organizações sindicais e do próprio judiciário, uma vez que restringe o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras por esse meio debilitando o nosso já frágil sistema de regulação do trabalho, além de prever que acordos por empresa se sobreponham à CLT e às convenções coletivas firmadas pelas categorias profissionais.

34. As principais medidas contidas no relatório do projeto de reforma trabalhista e no projeto de terceirização, aprovado pela Câmara federal no dia 22 de março, individualizam as relações de trabalho e reduzem o grau de proteção social garantidos pela CLT e pelos instrumentos normativos, com isso, as empresas estarão livres para impor condições de pactuação que afetam os direitos constituídos firmando novas regras de contratação e realização do trabalho.

35. Para além das formas de contratação já previstas em lei, se propõe a reedição do contrato em tempo parcial que poderá variar entre 26 e 30 horas semanais; o contrato intermitente, com alternância de períodos de prestação de serviços; teletrabalho sem controle de jornada. Além disso, a jornada poderá alcançar 12 horas diárias, banco de horas e compensação de jornada poderá ser firmado individualmente, bem como parcelamento de férias em três períodos, acordos salariais individuais através de livre negociação, planos de carreira e acesso à promoção individualizados, aprofundando a heterogeneidade do mercado de trabalho. Desde que autorizado, mulher gestante e lactante poderá trabalhar

em ambiente insalubre, assim como a jornada para aqueles que trabalham em ambientes insalubres poderá ser ampliada sem prévia licença das autoridades.

36. Trata-se de um conjunto de medidas que altera profundamente as relações de trabalho, retira direitos, intensifica a jornada e o ritmo de trabalho, expõe as pessoas a condições de insegurança com forte impacto sobre a saúde e segurança no trabalho, individualiza as relações e amplia o controle do capital sobre o trabalho.

37. O projeto de reforma trabalhista serve aos claros propósitos de reduzir os trabalhadores e trabalhadoras a um contingente de baixa remuneração, disponíveis ao capital com jornadas flexíveis, remuneração instável e com ausência de direitos, romper os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento de classe, pulverizar a ação sindical com uma multiplicidade de instrumentos normativos que, no limite, poderão ser ajustados por empresa.

TERCEIRIZAÇÃO GERAL E IRRESTRITA

38. Como parte dessas estratégias empresariais temos também os projetos de terceirização que se encontram na Câmara e no Senado. No dia 22 de março, a base do governo na Câmara votou pela aprovação do PL 4302, projeto do Governo FHC de 1998, cuja tramitação estava parada desde 2003 quando o então presidente da república, Lula, retirou o caráter de urgência de sua votação. Esse projeto amplia a terceirização para todas as atividades, pela via de extensão do limite permitido para contratos temporários e autoriza que essa prática seja adotada em qualquer circunstância e não mais somente em substituição a trabalhadores e trabalhadoras de licença ou em períodos de elevada produção.

39. Ao contrário do que afirmam os defensores da terceirização, países que adotaram medidas desse gênero não obtiveram sucesso na geração de postos de trabalho, mas enfrentaram retrocessos sociais e desestruturação do mercado de trabalho. O necessário aumento da competitividade e da produtividade da economia nacional se alcançará pela recuperação da economia e não pela flexibilização de direitos. A terceirização aprofundará as desigualdades sociais, fragilizará a organização sindical e terá impactos nefastos à Previdência Social e a sociedade como um todo.

40. Neste contexto de precarização "dissimulada", apoiados pelo reforço midiático, reproduzido também nas redes sociais, estes setores conservadores buscam ganhar corações e mentes de trabalhadores e trabalhadoras jovens com o "canto de sereia"/

engodo do empreendedorismo. Difundem a idéia de que "deixar de ser empregado com direitos e garantias" para ser "dono do próprio negócio e vender serviços/produtos para grandes empresas ou governos" é vantajoso e "sacada de gente inteligente". Não deixam transparecer de forma alguma que estes/as jovens empreendedores/as nunca terão as mesmas "benesses" que têm os grandes capitalistas para se estabelecerem no mercado, tais como incentivos fiscais, juros baixíssimos, perdão de dívidas com o bancos públicos, doação de terrenos e taxas públicas, e por fim suporte do Estado para se restabelecerem no mercado em caso de falência. Temos que disputar contra esta perspectiva nos segmentos da juventude.

41. Para as empresas, a terceirização tem como objetivo a redução de custos. Pouco discutida, existe a motivação de terceirizar áreas nas empresas em que os adoecimentos são maiores, principalmente em linhas de processos produtivos repetitivos, a fim de evitar passivos trabalhistas futuros. São áreas em que majoritariamente as mulheres são empregadas.

42. As empresas, para reduzir seus custos, poderão transferir parte ou todo o processo produtivo que poderá ser realizado dentro ou fora das dependências da empresa. Imediatamente todas as ocupações que não necessitam de qualificação ou se configuram como trabalho não especializado serão terceirizadas, especialmente nas categorias profissionais em que as normas coletivas proporcionaram avanços salariais e benefícios significativos, como vale alimentação e refeição, auxílio creche, ampliação da licença maternidade, entre outras.

43. A aplicação destes instrumentos se restringirá aos trabalhadores e trabalhadoras cuja atividade é definida pela empresa como essencial para o seu negócio, transferindo o restante para uma prestadora de serviços cuja atividade econômica não corresponderá necessariamente a mesma da tomadora de serviços. Nesse movimento serão os jovens e as mulheres os primeiros a terem seus postos de trabalho eliminados, as mulheres por estarem nas ocupações mais facilmente transferíveis e os jovens porque seu ingresso no mercado de trabalho se dará através de uma terceirizada.

44. Portanto, em um primeiro momento serão mais afetados os trabalhadores e trabalhadoras que estão ocupados em categorias profissionais que por força da convenção ou de acordos coletivos conquistaram mais direitos e benefícios embora se encontrem nas tarefas menos qualificadas, condição em que se encontra a maior parte das mulheres e dos jovens.

45. Nesse sentido, é da própria lógica do capital desordenar continuamente a organização das empresas. A força de trabalho é deslocada na medida em que certas qualificações se tornam desnecessárias. As empresas investem em estruturas que privilegiam empregos dominados por alta qualificação e alta produtividade e terceirizam as ocupações pouco qualificadas e de baixa produtividade e com isso excluem parcela dos trabalhadores e das trabalhadoras da distribuição do crescimento da renda nacional. E com a aprovação da terceirização direitos serão rebaixados, o conceito de categoria profissional será substituído por prestadores de serviços, ou seja, é a desconstrução e desestruturação das categorias profissionais e das ocupações da forma como conhecemos hoje.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O FIM DA APOSENTADORIA

46. Políticas públicas e serviço público de qualidade são oferecidos quando os servidores públicos são valorizados pelo Estado, garantindo, assim, o exercício da cidadania plena. Nossa referência para um serviço público profissionalizado e de qualidade está na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o concurso público como critério para ingresso, os direitos e deveres dos servidores e servidoras públicos.

47. Durante os governos neoliberais de Collor e FHC, o serviço público sofreu com diversas políticas de desmonte, subfinanciamento, privatizações e terceirizações, além da flexibilização das formas de contratação, o que gerou a precarização do serviço público no geral.

48. Por outro lado, com Lula e Dilma houve uma recuperação do Estado como indutor do desenvolvimento, gestor e executor de políticas públicas. Nesse período, destacamos como grande avanço a contratação de mais servidores públicos, tanto para a administração direta quanto nas empresas públicas, e valorização das carreiras, num processo de recuperação do serviço público, fundamental para o desenvolvimento do país.

49. No entanto, esse quadro de ampliação vem sendo desmontado pelo governo de Michel Temer. A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos, e cujo objetivo seria promover ajustes nas contas públicas, encerra uma trajetória de investimentos, valorização do serviço público, resultando num desmonte do Estado. O governo golpista estabeleceu um teto para os gastos com saúde, educação, saneamento, moradia, mobilidade urbana, assistência social, impedindo, dessa maneira, que a expansão da demanda por serviços públicos seja atendida, ainda que o cenário de crise seja superado.

50. Essa medida atinge não apenas a população mais pobre que depende dos serviços públicos, mas, ameaça a qualidade e a universalização dos mesmos, além de atacar o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no serviço público e que sofrerão com a degradação de seu ambiente de trabalho, aumento da carga de trabalho e a desvalorização salarial.

51. A defesa dos direitos dos servidores públicos significa a luta pelo cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos. Para tanto, é preciso que os servidores tenham capacitação, estrutura e remuneração condizente com suas funções e relevância para o conjunto da sociedade, em todas as esferas, municipal, estadual e federal.

DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA E O MOVIMENTO SINDICAL

1. O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento divisor de períodos históricos: representa o final de um período democrático que vem desde a queda da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. Vai muito além do fato que finda também os treze anos de governos do PT, de 2003 a 2016.

2. Podemos afirmar que o caráter do período que se abre está em disputa. E que, dependendo do resultado dessa disputa, a esquerda brasileira ou perderá o seu papel de protagonista no cenário nacional e regional (América Latina) ou o retomará em novas condições programáticas e organizativas. O mesmo pode ser dito, mais correta e ativamente, de forma inversa: a capacidade de ação da esquerda determinará o caráter do novo período.

3. Assim, o que está em disputa é como a esquerda entrará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. Podemos dizer, com mais precisão ainda, que o que está em disputa agora é sobretudo qual e quem será a esquerda do próximo período. A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou completamente a dinâmica normal do período anterior, a sua lógica e mesmo a consciência dos sujeitos nela implicados (ou excluídos). Implicou em uma nova dinâmica das forças de direita e até mesmo de extrema direita.

4. Por outro lado, participamos de uma nova dinâmica das forças de esquerda. No seu momento de auge, essa nova dinâmica conseguiu reunir condições virtuosas que apontaram (e continuam a apontar) para as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita.

5. A CUT desempenhou um papel de protagonismo no ciclo virtuoso ocorrido no Brasil entre os anos 2003 e 2015, e assim como no período anterior (anos 80 e 90) de redemocratização do país pós ditadura militar reivindicando e contribuindo

para a formulação de políticas públicas essenciais para a redução da pobreza e da desigualdade no país. As mudanças na conjuntura, no entanto, exigem uma reorientação nas estratégias da central que deve se preparar para um período de resistência à perda de direitos e disputa de hegemonia na sociedade.

6. A atuação da CUT foi central para a conquista da política de valorização do salário mínimo, que garantiu ganhos reais nos reajustes anuais e foi um dos principais fatores que propiciou as reduções observadas na pobreza e na desigualdade. A garantia de ganhos reais no valor do salário mínimo ano a ano garantiu um aumento real entre 2002 e 2015 de 76,5% e ajudou diversas categorias na obtenção de ganhos reais. A vinculação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo fortaleceu o sistema de proteção social no país e, em conjunto com outras transferências de renda foi importante também na sustentação da atividade econômica, sobretudo em pequenas cidades no interior do país.

7. A política de valorização do salário mínimo fez parte de um processo mais amplo de formulação de políticas públicas concebida com o objetivo de atuar na melhora da redistribuição de renda e na elevação da qualidade de vida das pessoas mais pobres da sociedade, com efeitos especialmente positivos para as mulheres. Nesse sentido, também merece destaque a PEC das domésticas, que abriu caminho para a reparação de uma dívida histórica com uma das categorias mais exploradas no país, formada em sua maioria por mulheres negras e que, finalmente, teve seus direitos plenamente reconhecidos e garantidos em lei.

8. Agora, frente a um governo ilegítimo e sem compromisso com a democracia que chegou ao poder com o objetivo de implementar um programa de retirada de direitos e desmonte do Estado, a CUT deve deixar a sua estratégia colaborativa e se organizar para o enfrentamento. O horizonte de atuação do movimento sindical não pode se restringir às lutas salariais. É necessário retomar o trabalho de base e politizar o debate, transmitindo à massa dos trabalhadores e trabalhadoras a gravidade da situação política do país e os riscos representados pela agenda golpista.

9. A resistência à forte agenda de retrocessos que vem sendo imposta somente será possível através de uma atualização e renovação das estratégias de comunicação e mobilização e de um programa que defenda as conquistas ao mesmo tempo em que aponte caminhos para sua ampliação. Não só utilizando as redes sociais, como também trazendo para o centro do debate a pauta da quebra dos monopólios da Comunicação (Regulamentação Econômica), bem como o uso democrático das concessões públicas. É necessário se

desafiar a pensar e construir novas formas de organização que considerem as novas características da estrutura produtiva e da própria classe trabalhadora, especialmente as mulheres e a juventude.

10. Não há polêmica quanto ao fato de que os anos de governo democrático e popular petista promoveram a ascensão social de milhões de brasileiros. Porém, a classe trabalhadora que tomou corpo com os governos Lula e Dilma é complexa e heterogênea, e vai muito além do operariado industrial. Sua composição é caracterizada por jovens com baixa qualificação e escolaridade, mas que foram capazes de conseguir empregos formais e com isso renda e os direitos advindos da formalização. Esses trabalhadores e trabalhadoras, cuja maioria ocupa postos de trabalho nos serviços ou no comércio, no entanto, tem pouca experiência sindical. Em diversos estratos que compõem a nova configuração da classe trabalhadora, ainda que esteja presente a percepção de que os avanços sociais são conquistas dos governos petistas, existe também uma postura negativa diante do associativismo, característica do discurso individualista.

11. A nova configuração da classe trabalhadora, recém incluída no mercado de consumo, é permanentemente estimulada a reproduzir os valores e discurso da classe média tradicional. Apesar disso, ela possui características que apontam para um potencial de grande mobilização social por mais qualidade de vida e direitos. É nossa tarefa e desafio construir possibilidades de incorporar suas demandas em nossas pautas. Nesse sentido, é estratégico encontrar pontes de diálogos com esses segmentos. Esses trabalhadores e trabalhadoras serão fortemente atingidos pela agenda de retrocessos em curso e a CUT deve se firmar como referência na ampliação da consciência de classe e organização da resistência. Essa preocupação deve estar presente nas mobilizações contra o governo golpista e pela revogação de todas as medidas por ele tomadas.

12. Devemos, dessa forma, nos preparar não apenas para os desafios impostos pela conjuntura, mas para uma disputa sobre o caráter do próximo período. Nossa atuação não deve se restringir às nossas bases de trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados. É essencial reforçar o diálogo com a juventude, movimentos sociais e trabalhadores e trabalhadoras não sindicalizados que terão suas vidas afetadas. A CUT deve realizar um forte trabalho de mobilização e conscientização sobre suas bases e em contínuo diálogo com outros setores da sociedade, visando barrar esses retrocessos e dando força a propostas de reforma que atendam às necessidades e anseios da classe trabalhadora. A resistência só será vitoriosa se formos capazes de ganhar o debate na sociedade, buscando

o diálogo em cada canto do país e pressionando os parlamentares em suas bases.

13. Nesse cenário de grandes desafios, a CUT deve se manter inflexível na posição de não negociar retirada de direitos com um governo ilegítimo. A nossa central nasceu nos anos 1980 como oposição ao sindicalismo tradicional e justamente por sua postura combativa e inquestionável compromisso com a classe trabalhadora se tornou a maior central sindical do país. Da mesma forma, o protagonismo desempenhado na resistência às medidas neoliberais nos anos 1990 foi essencial para garantir a força da CUT nos anos que se seguiram e os avanços dos governos Lula e Dilma.

14. No grave momento que vivemos não é aceitável adotar uma postura hesitante e comprometer o combate amplo e sistemático à agenda golpista em troca de migalhas que não alteram o fundamental dos ataques aos direitos. A Central precisa retomar com força renovada o trabalho de base e ampliar o diálogo com os movimentos sociais, se modernizando e desburocratizando. Entretanto, é essencial que ela se mantenha fiel ao espírito cutista: combativa e comprometida única e exclusivamente com a defesa da classe trabalhadora.

15. A luta contra a retirada de direitos, inclui centralmente também, a luta pela recuperação da democracia no país. A reposição da soberania popular é ponto de partida para qualquer agenda positiva para os trabalhadores e trabalhadoras, por isso reafirmamos nossa luta pela antecipação das eleições, por uma constituinte exclusiva para reforma política e por Diretas Já!

UNIFICAR A CLASSE TRABALHADORA EM DEFESA DOS SEUS INTERESSES

16. A unidade da classe é instrumento fundamental para fortalecer a luta contra a retirada de direitos. Portanto, é fundamental que a CUT como maior e mais representativa central sindical, organize a pauta e a luta capaz de unificar o conjunto do movimento sindical e suas bases construindo uma aliança tática, concreta e ativa em favor dos trabalhadores e trabalhadoras com o conjunto das centrais.

17. É certo que isso não é tarefa fácil, as formas de ação e a agenda de parte das centrais não são convergentes com a do movimento sindical combativo da CUT e das centrais que integram as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Porém, a iminência e a gravidade dos direitos que são ameaçados colocam na parede qualquer representação sindical que ouse titubear na defesa de suas próprias bases. É com essa força que a CUT deve buscar

hegemonizar o debate e balizar a construção da unidade de ação.

18. A greve geral do dia 28 de abril, e o movimento “Ocupa Brasília” foram exemplos positivos de unidade entre centrais sindicais e movimentos populares resultando nos maiores atos de oposição ao governo de Michel Temer. No entanto, essa unidade está em constante ameaça pela tentativa de parte das centrais em negociar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em troca da manutenção de uma estrutura sindical arcaica, incapaz de representar de fato os seus trabalhadores e trabalhadoras.

FORTALECER A UNIDADE DA ESQUERDA, DERROTAR O GOLPE E CONSTRUIR O FUTURO

19. A Central Única dos Trabalhadores surgiu a partir da luta e da resistência contra o regime militar que perdurou no Brasil de 1964 a 1985. Em toda a sua história, a CUT buscou a unidade com os movimentos sociais para lutar por uma sociedade democrática, justa e igualitária, e disputar a hegemonia da sociedade. Para nós da CSD, mais do que a construção de uma agenda comum, essa unidade nos fortalece mutuamente, dando maior visibilidade e relevância às demandas específicas de cada um e abrindo espaço para a experimentação coletiva de novas práticas e produção de novas sínteses e abordagens sobre novos e velhos temas.

20. A aliança dos movimentos sociais embora não seja contínua, não é uma novidade. Ela foi, em geral, mobilizada por um elemento de disputa social, como na luta pela redemocratização, na polarização eleitoral de 1989, na resistências às reformas neoliberais dos anos 90, ou ainda na pressão por avanços progressistas durante os governos Lula e Dilma. O Movimento sindical, através da CUT, os estudantes mobilizados na UNE, e a luta camponesa encabeçada pelo MST constituem a vanguarda dessas iniciativas, nas quais estiveram sempre presentes.

21. A experiência atual das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com seus distintos atores sociais, guarda estreita sintonia com esse passado de organização e luta da esquerda. Nesse sentido a CUT fez uma aposta importante e consciente: estar presente nas duas frentes, concretizando no cotidiano a unidade de ação alcançada em vários momentos no último período. Se não há perspectiva de fusão das duas frentes no curto prazo, certamente a sua unidade de ação está cada vez mais fortalecida, a exemplo das paralisações e mobilizações do último período. A atuação dos CUTistas cumpre um papel fundamental nisso.

22. A continuidade da convergência entre as frentes, capaz de garantir novo impulso às mobilizações populares, deve ser potencializada com a necessária reconstrução de um projeto nacional de esquerda à luz da experiência vivida. Defendemos a construção pelas forças democráticas e populares da pré-candidatura presidencial do companheiro Lula, assumindo o compromisso de que decisões sobre programa, alianças e composição da chapa presidencial deverão ser tomadas em processo público e participativo com todos e todas que assumirem esse projeto. A hora é de buscar uma unidade que oriente a luta atual e a elaboração de um programa novo de superação do neoliberalismo, ampliação dos direitos, da democracia e da soberania popular.

23. Para enfrentar o golpe e responder aos ataques aos direitos da classe trabalhadora, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo tiveram papel fundamental de ampliação da luta para além do movimento sindical. Através de comitês populares de resistência, garantimos o enraizamento das frentes, podemos ampliar a luta da classe trabalhadora, debatendo com o conjunto da sociedade e organizando a resistência ao golpe. A unidade das frentes é uma iniciativa vitoriosa e deve ser reproduzida nos municípios, regiões e estados.

AÇÃO LOCAL E LUTA INTERNACIONAL

24. A virada do século foi marcada pela luta contra o neoliberalismo, não apenas no Brasil. Foi nesse período que a esquerda viveu uma rica experiência de organização e luta internacional. A construção dos Fóruns Sociais Mundiais e, mais especificamente na América Latina, na luta contra a ALCA, através da Aliança Social Continental foram espaços de muita ação política e aprendizado.

25. Nesse período, e antes dele, distintos movimentos buscaram estabelecer sua organização no plano setorial, como os camponeses na Via Campesina e na CLOC, os trabalhadores e trabalhadoras na Coordenadora de Centrales Sindicales del Cono Sur - CCSCS, ou as mulheres através da Marcha Mundial de Mulheres. Essas experiências alteraram qualitativamente a consciência global, a agenda e o posicionamento local de diversos movimentos.

26. Contraditoriamente, o ciclo de governos progressistas na América Latina que produziu avanços político e sociais, desiguais e distintos conforme suas realidades locais, acabou por enfraquecer a unidade política que organizou a derrota do neoliberalismo na região. Agora, vivemos uma nova ofensiva conservadora sobre a democracia, a soberania, a economia e os direitos sociais em nossa região e no mundo.

27. Por isso é urgente reconstruir a unidade e a capacidade de ação coordenada no continente. O movimento sindical CUTista, por sua história e presença no plano internacional tem um papel chave nesse processo. Por isso a construção da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo é tão importante.

28. A Jornada busca justamente recuperar esse marco de organização da esquerda na região que foi a luta contra a ALCA e reunir trabalhadores e trabalhadoras, camponeses, mulheres, estudantes, imigrantes e militantes sociais, a partir de suas organizações e de sua disposição para luta. Após uma agenda intensa no ano passado, o plano de lutas para 2017 busca fortalecer a Jornada como um espaço político aberto à ampliação e de construção da ação unitária de enfrentamento ao conservadorismo e as políticas neoliberais em nosso continente.

29. Os debates da Jornada estão orientados por quatro eixos interligados que conformam também o parâmetro da nossa unidade. A defesa da: Integração regional como alternativa soberana dos países para fazer frente às tentativas do capital financeiro determinar os rumos das suas economias e também como alternativa civilizatória, internacionalista e organizadora da nossa ação política. A crítica aos Tratados de Livre Comércio (TLCs) e ao avanço das empresas transnacionais que procuram se sobrepor aos Estados Nacionais escancarando mercados para produtos e serviços estrangeiros em busca do lucro e legando aos países signatários destruição ambiental, perda de soberania e dependência econômica. Enfrentar o avanço desses instrumentos do capital é imprescindível para garantir a soberania e autodeterminação dos povos do subcontinente.

30. Além desses temas, a Jornada busca atuar na defesa da democracia de nossos países. Os processos democráticos, mesmo que imperfeitos e desequilibrados na maioria dos países, são um dos únicos instrumentos a disposição dos povos para enfrentar esse tipo de ataque aos seus países e suas vidas. Por isso, governos imperialistas e empresas transnacionais não hesitam em lançar mão de iniciativas autoritárias capazes de tirar do caminho os que se opõem a seu projeto. As formas são muitas, a "cooperação" com o sistema judiciário para um seletivo combate à corrupção, o patrocínio a mídia oligopolizada e a movimentos ditos apartidários ou ainda, as portas giratórias indicando seus membros para altos cargos de governos e até mesmo a compra direta de políticos e governantes.

31. Em 2017 a Jornada Continental seguirá com suas agendas de mobilização e ações unificadas nas Américas, somando mais setores e organizações e chegando em mais países da região. Serão realizadas diversas agendas em todo continente durante todo ano

tendo como agenda principal a realização de um grande encontro entre os dias 16 a 18 de novembro na cidade de Montevideu, Uruguai.

32. Mais do que construir os eventos preparatórios e organizar nossa presença em Montevideu no mês de novembro, precisamos desenvolver o debate dos temas da jornada através de iniciativas locais junto aos nossos sindicatos e nos locais de trabalho, com as mulheres, juventude, com os estudantes, os trabalhadores e trabalhadoras rurais e os militantes do movimento social e popular.

33. Esse é nosso desafio: fazer a luta internacional, sem perder a conexão com a realidade local. Precisamos fazer entender que os donos do capital e seus vassallos no Brasil que tentam acabar com a nossa aposentadoria, querem também abrir os mercados para os bancos internacionais atuarem na previdência. Quando congelam o orçamento público por 20 anos, o fazem apenas para garantir o pagamento de juros ao capital financeiro. E quanto entregam a exploração do pré-sal e a expansão da petrobrás para os estrangeiros, não o fazem em nome da soberania nacional. A resistência ao capital e ao neoliberalismo, se dará através da luta política, com um sindicalismo classista e em nível global!

POR UM SINDICALISMO LIVRE, AUTÔNOMO E COMBATIVO

34. A CUT nasceu crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Desde a sua fundação, defende um sindicato organizado pela base, democrático, autônomo em relação ao Estado, com trabalhadores e trabalhadoras livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira.

35. Essa perspectiva do movimento sindical CUTista se enriqueceu ao longo de mais de três décadas de luta. Mais do que democrático, o sindicalismo precisa ser transparente, participativo, promover a igualdade entre homens e mulheres, combater e superar o racismo e a discriminação em todas as suas formas. Deve incluir em sua agenda e nas suas lutas, com especial atenção, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora seja por estarem submetidos à relações de trabalho mais precárias ou informais, seja por sua condição etária, de orientação sexual, raça, etnia ou deficiência. Aprendemos que o sindicalismo é tanto mais forte quanto é capaz de articular a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras com a do conjunto da população e nesse processo forjar alianças e unidades com os movimentos sociais e populares.

36. Apesar das mudanças dos últimos treze anos que ampliaram a capacidade de organização e protagonismo político, a exemplo do histórico reconhecimento das centrais sindicais na legislação brasileira, o sindicalismo mantém uma configuração corporativista herdada da Era Vargas. Esta estrutura sindical oficial tem como principais elementos: a unicidade sindical, o sindicato organizado por categoria profissional, o imposto sindical, o assistencialismo e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Hoje, ela é o principal motivo da existência de uma quantidade imensa de sindicatos pulverizados, sem representação de base, cartoriais, de gaveta, pelegos e, portanto, sem qualquer papel de representação dos interesses da classe trabalhadora. Esta estrutura propiciou que sindicatos servissem para conciliar com Estado e patrões, criou mecanismos de dependência financeira através do imposto sindical e impediu que os trabalhadores e trabalhadoras pudessem se organizar com liberdade e autonomia sindical.

37. Defendemos e reafirmamos as posições CUTistas em favor de uma agenda em defesa da liberdade e autonomia sindical. Isso significa continuar a luta pelo fim do imposto sindical em favor da regulamentação da contribuição negocial, ou seja, da auto-sustentação financeira dos sindicatos, estimulando a associação e coibindo a interferência do judiciário na organização sindical. É fundamental também garantir o direito à organização dos trabalhadores e trabalhadoras em seus sindicatos desde seu local de trabalho, rompendo com a lógica do sindicalismo da porta pra fora. A liberdade só será possível quando as práticas anti-sindicais que penalizam e perseguem os trabalhadores e até fraudam sua organização sejam proibidas. Por fim, só será possível a liberdade sindical quando os trabalhadores e trabalhadoras forem livres para definirem a sua forma de organização, por isso é necessário o fim da unicidade sindical.

38. A conjuntura de ataque aos direitos e a ofensiva conservadora de criminalização aos movimentos sociais certamente não constitui o cenário ideal para avanços em favor da organização e da liberdade sindical. Porém, a adaptação não é a saída para o movimento sindical, pois leva a perda de força e legitimidade no médio prazo. Nesse sentido convém um olhar atento sobre as iniciativas de Autorreforma Sindical, como as sistematizadas pela Confederação Sindical das Américas, aperfeiçoando as estruturas, formas de organização, funcionamento e representação das entidades sindicais, independente de uma agenda legislativa, buscando permanente sintonia com os trabalhadore/as e com as transformações do mercado de trabalho.

AMPLIAR A AGENDA, SUPERAR DESIGUALDADES E GARANTIR OS BENS COMUNS

1. O enfrentamento de uma conjuntura das mais difíceis para os trabalhadores e trabalhadoras, não se completa apenas com a crítica e a proposição de alternativas econômicas, ou mesmo com a intensificação e inovação nas nossas formas de luta. É fundamental que movimento sindical sobre a necessidade de incorporarmos, permanentemente, os direitos e reivindicações do conjunto da classe trabalhadora, a qual está em permanente transformação e as pautas e das mulheres, dos negros/as, da juventude, da população LGBT e das pessoas com deficiência. Precisamos incluir em nossa agenda também aqueles e aquelas que estão excluídos do mercado de trabalho formal e qualquer proteção social.

2. Também é necessário, cada vez mais, trazeremos ao centro do debate outros aspectos reveladores da incapacidade do capitalismo, como modo de produção, oferecer um paradigma de futuro digno e sustentável para a humanidade, democrático e socialista. Os limites à reparação do povo negro, a permanência da violência e opressão às mulheres, a falta de perspectivas para a juventude, a homofobia, o recrudescimento da xenofobia e de uma economia belicista, explicitam cada vez mais o limites da hegemonia capitalista em escala planetária.

JUVENTUDE: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E LUTA

3. A partir da década de 2000, durante os governos Lula e Dilma, as juventudes passaram a ocupar e a criar espaços públicos e institucionais. Com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Estatuto da Juventude, os jovens passaram a ser alvo de políticas públicas específicas, em que se destacam as ligadas ao trabalho e emprego, reunindo ações para inserção e ascensão social desse grupo. A partir dos avanços socioeconômicos conquistados no período, foi crescente a participação de jovens no interior dos movimentos sociais, como, por exemplo, do movimento sindical, de trabalhadoras e trabalhadores rurais e populares.

4. Tivemos importantes conquistas institucionais, principalmente ligadas à educação - como a vinculação de políticas sociais ao uso do petróleo - uma vitória dos movimentos de juventude. A lei passou a garantir 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, além dos 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal destinados para essas duas áreas.

5. Também houve avanço com o projeto Juventude Viva, que busca combater o extermínio da juventude negra e reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia. Os jovens negros são as maiores vítimas da violência letal em todo o território nacional. A necessidade de criar mecanismos de contenção da política genocida no Estado nacional é urgente: 77% dos jovens que morrem assassinados no Brasil são negros e moradores das periferias e 93% do sexo masculino, segundo o estatuto da Juventude e o Mapa da Violência 2015. As práticas de violência institucional, das forças policiais, estão carregadas de uma ideologia de limpeza étnica, social e higienização. Existe hoje no Brasil uma política de extermínio da juventude negra, pobre, moradora das periferias.

6. Em relação ao mercado de trabalho, os jovens foram muito afetados com a reestruturação produtiva durante os anos 1990, pois esta exigia seu ingresso prematuro no mercado de trabalho, dada a queda na renda das famílias, ao mesmo que tempo que lhe cobrava maior qualificação profissional. O resultado é que ao jovem eram legadas as formas mais precárias de trabalho e, por sua vez, pior remuneradas.

7. A partir de 2003, em um contexto de elevação da renda, baixíssimo desemprego, acesso a bens materiais e ampliação do acesso à educação, percebe-se que parcela da juventude pode adiar seu ingresso no mercado de trabalho e estudar por mais tempo. Essa geração, incluída, ainda que temporariamente, no mercado de trabalho formal ou dedicando-se exclusivamente à educação passa a se posicionar de forma mais eloquente em relação ao poder público, exigindo mais e melhores serviços, mais direitos desmercantilizados, melhores condições de vida, maior diversidade e autonomia.

8. Ao mesmo tempo, as formas de trabalho foram moldadas para maximizar o lucro com a automação e diminuição dos trabalhadores e trabalhadoras e aumento das metas, exaurindo os trabalhadores e influenciando na organização coletiva dos mesmos. A reformulação de planos de carreira levaram os trabalhadores e trabalhadoras a serem cada vez mais reféns de comissões e processos de organização de trabalho degradantes, em que são levados

a cumprir metas absurdas para se manterem e ascenderem no emprego. O alto índice de adoecimento por motivo de trabalho, que tem atingido principalmente as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras, se explica por essa sobrecarga de serviço.

9. As alterações nos processos de organização do trabalho provocaram também mudanças no modo de pensar e se organizar dos trabalhadores e trabalhadoras, dificultando a formação de uma identidade coletiva e propagando o individualismo e a competição, intensamente disseminada nos locais de trabalho. Esses processos fortalecem o mito da meritocracia e a busca por saídas individuais para problemas coletivos.

10. Na educação, a emenda constitucional nº 95, que congela o orçamento público por vinte anos, impossibilitando investimentos sociais, mostra-se como uma tragédia para os próximos anos. Além disso, outros ataques aos jovens e a educação têm sido feitos por esse governo, como o fim do programa Ciências Sem Fronteiras, que possibilitou milhares de estudantes conhecerem e estudarem em outros países. Continuando o retrocesso, há agora a urgência em aprovar as reformas trabalhista e previdenciária, que se aprovadas na forma que estão, levarão os jovens a trabalharem mais e sem expectativas quanto a aposentadoria. Lembrando que esses processos afetam de forma mais devastadora a parcela da população mais vulnerável, a população negra e pobre, especialmente as mulheres negras.

11. Outro destaque deve ser dado às redes sociais e internet, que têm se mostrado como uma importante ferramenta de conexão entre as pessoas, utilizada especialmente pela juventude. As redes sociais se apresentam como uma alternativa de informação aos grandes meios de comunicação, facilitando a comunicação inclusive para mobilizar a ocupação de espaços públicos, ou construir e mobilizar manifestações de rua e causas sociais. Mas ao mesmo tempo, pode ser um fator de desmobilização em ambientes presenciais de construção coletiva, revelando que a construção de novas formas de se organizar - articulando as possibilidades que as redes virtuais oferecem com as necessidades que as organizações presenciais apresentam - ainda é um desafio.

12. Desafios à juventude:

- Resistir aos ataques aos direitos conquistados pela juventude, fortalecendo a luta coletiva;
- Conquistar mais espaços nos processos decisórios tanto dentro do ambiente sindical, como também político;
- Integrar a utilização ampla das tecnologias de informação e ações coletivas presenciais nos espaços públicos, com complementariedade de outros setores sociais;

-
- Renovar práticas políticas com mecanismos de solidariedade, de valorização da democracia e da liberdade;
 - Combater as práticas de assédio moral e sexual, recorrentes entre a juventude, bem como as demais condutas que levam os trabalhadores e trabalhadoras ao adoecimento decorrente da atividade laboral.
 - Organizar e fortalecer os espaços e coletivos de juventudes nas estaduais e sindicatos em contraposição ao individualismo e a competitividade.

FORTALECER A LUTA DAS MULHERES CONTRA A DESIGUALDADE NA VIDA E NO TRABALHO

13. Apesar dos avanços econômicos e sociais da última década, há uma perpetuação das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho: a segregação de homens e mulheres na estrutura setorial de ocupação; o limitado acesso às promoções de cargos e salários para as mulheres, pautados fortemente em concepções sobre o papel da mulher na sociedade; as responsabilidades com os afazeres domésticos ainda fortemente atribuídas às mulheres, que impõem períodos fora do mercado de trabalho, ou a necessidade de ocupar trabalhos com jornadas menores, e portanto, menores salários e a forte participação das mulheres em ocupações precarizadas e informais, além da grande participação no trabalho doméstico remunerado como única alternativa para mais 6 milhões de mulheres.

14. Devido a esses fatores, a jornada semanal total de trabalho das mulheres (fora e dentro de casa) é 6 horas maior do que a jornada realizada pelos homens, sendo de 58,1 horas e 52,0, respectivamente. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos em relação à oferta de creches, a taxa bruta de matrícula nas mesmas é 21% e o déficit bruto de creche de 8,6 milhões de vagas e o de pré-escola de 4,0 milhões de vagas.

15. As mulheres negras sofrem uma dupla discriminação no mercado de trabalho. Segundo dados do PNAD de 2015, o salário médio das mulheres negras corresponde a 40% do salário médio dos homens brancos, e mesmo quando sua escolaridade é similar a da mulher branca, a diferença salarial gira em torno de 40% a mais para as brancas. Para cada 10 desempregados no Brasil, três são mulheres negras. A trabalhadora negra se insere mais cedo e é a última a sair do mercado de trabalho; mulheres negras têm um índice maior de desemprego em qualquer lugar do país.

16. De uma forma geral, os dados sobre rendimentos apontam para a permanência das discrepâncias salariais entre mulheres e homens, independentemente do nível de instrução.

Essas diferenças estão em praticamente todos os setores de atividade e ocupações, o que remete a um grande desafio para a formulação de políticas públicas e sindicais.

17. Ao mesmo tempo que saudamos as conquistas recentes das mulheres na organização sindical, como a paridade de gênero na direção da CUT, é necessário dar continuidade a essa luta. Isso significa fazer valer a paridade CUTista e compreender que a paridade é mais um passo na luta permanente pela igualdade entre homens e mulheres no movimento sindical.

18. Desafios:

- Ampliar o debate no interior da CUT em relação às condições de trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, buscando a equidade de condições, como por exemplo, a busca pela equiparação do tempo da licença paternidade à licença maternidade em períodos alternados;
- Retomar a proposta em conjunto com as demais centrais sindicais a respeito de um projeto de Lei que puna as empresas que pratiquem discriminação e desigualdade salarial entre homens e mulheres;
- Retomar a campanha pela aprovação da Convenção da OIT nº 156 que trata do compartilhamento das responsabilidades familiares;
- Desenvolver campanhas nacionais contra a segregação ocupacional e a desigualdade salarial entre homens e mulheres, negros e negras;
- Colocar em prática a política de cotas e de paridade com ações para fortalecer a participação das mulheres nos cargos de poder;
- Fomentar a formação específica para as mulheres, inclusive para a participação em negociações coletivas;
- Intensificar campanhas de sindicalização das trabalhadoras como condição para o fortalecimento das mulheres na CUT.

ENFRENTAR O RACISMO, REPARAR DESIGUALDADES, SUPERAR A INDIFERENÇA

19. O Brasil foi o último país ocidental a oficializar o fim da escravidão, e quando o fez, não criou condições objetivas para assegurar a igualdade de tratamento e de oportunidades ao povo negro. Pelo contrário, o Estado brasileiro criou uma série políticas que incentivaram a perpetuação do racismo, como por exemplo, a proibição da imigração africana para o país (Constituição de 1891) e estimulando a imigração européia, baseados na tese do branqueamento da população brasileira como perspectiva para superar as mazelas do país. Passados 128 anos da abolição, o país jamais encarou de frente essa herança maldita

e mais da metade da população brasileira tem direitos desrespeitados e segue vítima de preconceitos.

20. A primeira questão a ser considerada em relação a população negra é que em todo o processo histórico de constituição da nossa sociedade, esta população esteve marginalizada, antes como mercadoria e depois considerada um problema social. Não tem acesso à saúde, à educação, ao trabalho formalizado, entre outros direitos. A discriminação racial é social, econômica, territorial, política e cultural e tem reflexos nas condições materiais de vida de negros e negras. Infelizmente a pobreza tem cor.

21. Outro aspecto a ser mencionado é a ausência de negros e negras em espaços de poder e decisão. A política de cotas para negros em diversas instituições foi um avanço, mas ainda é insuficiente para alcançarmos os níveis de representatividade em cargos estratégicos e decisórios, dentro das nossas mais diversas instâncias de poder.

22. A juventude negra começa a trabalhar mais cedo e está inserida nos piores trabalhos, aqueles em que não há formalização. Esses trabalhadores e trabalhadoras não contam com proteção social alguma e não se encontram representados pelo movimento sindical. Em consequência, enfrentam as piores condições de trabalho e recebem os menores salários.

23. As medidas de desmonte de políticas públicas e retiradas de direito que vem sendo implementadas pelo governo golpista terão impacto ainda mais acentuado sobre a população negra, pois são em sua maioria pobre. As reformas trabalhista e da previdência atingirão esse segmento, já que, negras e negros são maioria nos trabalhos informais e precários. O congelamento dos gastos sociais do governo pelos próximos 20 anos levará ao desmonte de políticas públicas indispensáveis para a inclusão social e a ampliação de direitos e também terá um impacto maior sobre os segmentos mais marginalizados.

Movimento sindical e representatividade negra

24. A construção do movimento sindical deve dar especial atenção às mulheres e à juventude negra pois esses segmentos estão inseridos nos setores mais precarizados do mundo do trabalho. As negras e negros estão na base da pirâmide salarial. Quem ganha os mais altos salários são os homens brancos, a seguir as mulheres brancas, os homens negros e por fim as mulheres negras. Por isso, para a população negra, a política de valorização do salário mínimo é tão importante. Essa luta tem que estar no centro de nossas ações.

25. No âmbito da CUT, os principais avanços registrados no último período foram a criação do coletivo racial e da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo que colocaram o tema no centro das ações promovidas pela central. Não há como construir a política da CUT sem considerar o tema do combate ao racismo. Isso é ferramenta e pauta nos sindicatos por meio de coletivos e secretarias. Alguns ramos como comércio e serviços, finanças, químicos, metalúrgicos e educação conseguiram construir cláusulas sobre a questão racial nos acordos coletivos, além de fomentar o debate interno nos ramos, dando assim representatividade a essa parcela da classe trabalhadora.

26. Enfrentar esse turbilhão de opressão exige que reconheçamos nossas origens e nossa história, observemos as manipulações do passado e transformemos com luta e determinação a história presente e futura e, principalmente, que exercitemos a empatia pelo outro, abrindo espaço para a diversidade em todas as instâncias.

27. Desafios:

- Estimular o debate sobre o combate ao racismo, para que mais dirigentes sindicais se apropriem desse tema e levem para suas bases a discussão sobre o mundo do trabalho e igualdade racial.
- Criar secretarias, coletivos para discutir o tema da igualdade racial, com o objetivo da construção de uma política interna de combate ao racismo e as desigualdades raciais existentes tanto nas entidades representativas, quanto nos locais de trabalho.
- Inclusão das pautas relacionadas a igualdade racial dentro das cláusulas de negociação coletiva;
- Denunciar o extermínio da juventude negra e articular o debate da igualdade racial com o tema da segurança pública, educação e cultura;
- Fortalecer a luta por implantação de políticas públicas de reparação, que ajudem a corrigir erros históricos que mantêm afrodescendentes na subcidadania.

SUPERAR O CAPITALISMO PARA SALVAR O PLANETA

28. Já apontamos que o ilegítimo governo brasileiro está plenamente subordinado aos interesses do capitalismo internacional e comprometido com a decadente agenda neoliberal. Do ponto de vista das políticas relacionadas ao meio ambiente isso significa: (a) entregar nosso patrimônio para iniciativa privada, inclusive internacional, explorar a extração e gestão de nossos recursos naturais; (b) enfraquecer a legislação de proteção e preservação ambiental; (c) desregulamentar e facilitar a entrada e o uso de agrotóxicos, atendendo os interesses do agronegócio e das transnacionais do veneno. Além disso, a agenda e os acordos internacionais relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas,

sugerem distintas respostas oferecidas pelo mercado, pela sociedade e pelos governos que impactam, no presente e no futuro, a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

DEFESA DA SOBERANIA E DOS RECURSOS NATURAIS

29. O final de 2015 foi marcado pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco SA em Bento Rodrigues (MG) provocando o maior crime socioambiental da história do Brasil, onde morreram 20 pessoas e foram despejadas 80 mil toneladas de rejeitos de lama tóxicos no Rio Doce. O crime ambiental destruiu o seu curso e a fonte de renda de famílias que dependiam de atividades ligadas ao rio, além de causar impactos irreparáveis.

30. O crime da Samarco/Vale/BHP Billiton marcou com mais força a necessidade de discussão pela CUT do modelo mineral vigente no Brasil, que devasta o meio ambiente, lucra com a exploração da natureza e dos seus trabalhadores e trabalhadoras e piora a qualidade de vidas das comunidades atingidas. Vemos os interesses de grandes corporações sendo refletidos em iniciativas legislativas que flexibilizam ainda mais o controle do Estado sobre o setor, como o fim do licenciamento ambiental e as negociações para um novo código mineral. Além disso, as reformas no âmbito trabalhista apresentadas pelo governo golpista se tornam mais uma ameaça para trabalhadores e trabalhadoras do setor que já sofrem com um alto grau de terceirização e precarização das condições de trabalho.

31. Da mesma forma vemos com preocupação o fim do modelo de partilha do pré-sal que reduziu o papel da Petrobras nas operações, ampliando a participação das transnacionais e drenando recursos que poderiam ter destinação social se aportados ao Fundo Social, criado em 2013. Estas empresas, assim como as mineradoras, são denunciadas por graves violações de direitos humanos e ao meio ambiente ao mesmo tempo que não possuem mecanismos de responsabilização. Diante um cenário de menos regulamentação estatal no Brasil, esta nova configuração aumenta a vulnerabilidade ambiental e torna mais distante a possibilidade de desenvolvimento de uma matriz energética sustentável e democrática com transição justa para os seus trabalhadores e trabalhadoras.

A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E DA ENERGIA

32. Enquanto a tendência nos últimos anos em países como França, Alemanha e Estados Unidos têm sido a de reestatização do serviço de saneamento básico, no Brasil - liderado pelo BNDES- o governo golpista mantém em andamento um plano de incentivo à privatização do serviço.

33. Caso esse plano se concretize, os impactos serão extremamente negativos para a população e os trabalhadores e trabalhadoras do setor. Em um curto prazo, o que tem sido evidenciado em processos de privatização é um aumento das tarifas que não se traduz em melhoria do serviço, este ponto é mais crítico especialmente para os mais pobres. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras a mudança se traduz primeiro em demissões e diminuição de postos de trabalho e, a seguir, em precarização dos empregos e muita terceirização, além de um menor controle do Estado sobre a qualidade do serviço e das condições de trabalho.

34. No longo prazo, as consequências são a perda de soberania sobre uma riqueza estratégica do Brasil e a submissão à lógica de mercantilização de um direito humano que é a água. Dados da FAO apontam que até 2050 dois terços da população devem sofrer com escassez de água. Em um contexto de aquecimento global e diminuição dos recursos naturais, a água se torna uma commodity, fazendo dela não mais um direito e sim um privilégio de poucos.

35. No setor elétrico, duas décadas depois o governo golpista ressuscita o projeto de privatização. Com o velho discurso de que as privatizações são cruciais para a recuperação fiscal e que visam recuperar empresas estatais que enfrentam dificuldade financeira. Na linha de frente deste processo estão as dezesseis empresas do sistema Eletrobras, tendo prioridade de venda as suas concessionárias de distribuição estaduais: Eletroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Amazonas-D, Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia), Boa Vista Energia (Roraima). A venda da Companhia Energética de Goiás (Celg) foi consumada no dia 14/02/2017 em Goiânia.

36. Cada uma dessas empresas tem em sua área de atuação importância ímpar, pela responsabilidade e ações destinadas a toda sociedade, sejam essas ações de caráter social, cultural, financeiro, seja com a absorção dos profissionais formados pelas universidades e escolas técnicas da região, seja na organização, provimento e assessoramento de comunidades carentes e afetadas por elas, seja na geração de postos de trabalho. Cada uma dessas empresas age de forma a promover o desenvolvimento regional onde está inserida e desde a fundação dessas instituições, formando na memória viva da população uma identidade, uma referência e objetivo a ser alcançado.

37. A experiência durante o governo de FHC demonstra que a sociedade brasileira nada ganha com as privatizações. Pelo contrário, pagamos tarifas mais caras pelos recursos hoje privatizados. Além disso, as empresas, uma vez privatizadas, passam por um processo

de reestruturação que representa para seus trabalhadores e trabalhadoras demissões em massa, terceirização, gerando maior precarização das relações de trabalho.

38. A luta contra a privatização e suas novas modalidades como as parcerias público privadas ou concessões, sempre estiveram na agenda do movimento sindical. Hoje os setores de saneamento e energia estão no campo das disputas mais imediatas em defesa da soberania, dos empregos e dos serviços públicos. Nesta conjuntura, o movimento sindical em aliança com os movimentos sociais e com a população deve continuar a mobilização e denúncia do avanço dessas tentativas de privatização, reforçando a defesa da gestão pública e da universalização desses serviços em benefício do povo.

COMBATE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AO USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS

39. O desmatamento, a permanência do trabalho escravo e da grilagem, as violações aos direitos humanos, os assassinatos sofridos por populações tradicionais e movimentos do campo e impactos irreversíveis para o meio ambiente são consequências diretas do avanço desenfreado do agronegócio. A bancada ruralista, que representa os interesses do setor, está fortemente estruturada e organizada no Congresso Nacional e o seu apoio ao golpe tem fortalecido as suas demandas.

40. Desperta preocupação e alerta por parte dos movimentos como o setor se fortalece com o governo golpista, tendo como ministro da agricultura um dos principais representantes do agronegócio e o apoio ao setor pelo ministro da justiça. Entre as bandeiras ameaçadoras se encontram a desregulamentação e fragilização da legislação do uso e aprovação de agrotóxicos e transgênicos, fim do licenciamento ambiental, demarcação de terras indígenas, e a venda de terras para estrangeiros que responde a interesses internacionais, a exemplo da MP 759, que trata da regularização fundiária urbana e rural.

41. Por isso, o combate ao uso de agrotóxicos no Brasil, é parte do questionamento do agronegócio como modelo de produção no campo que perpetua a desigualdade, exclusão social e degradação ambiental. Diante deste cenário a luta pela reforma agrária, a defesa da agricultura familiar, da agroecologia e de um desenvolvimento rural sustentável e solidário se tornam mais necessários dentro das pautas defendidas pelo movimento sindical, pela CUT e pela CSD.

TRANSIÇÃO JUSTA: GARANTIR O FUTURO DO PLANETA E O DIREITO AO TRABALHO

42. O Brasil assumiu o compromisso de implementar em âmbito nacional o Acordo de Paris no tema de mudanças climáticas. O posicionamento do Brasil e a sua participação na construção deste acordo, mesmo que com limitações e críticas apontadas, foi uma ação coordenada entre gestores do governo com participação e consulta de movimentos sociais, sindical assim como a sociedade civil organizada. Esta construção, assim como todo o acúmulo no campo da participação social, está sob risco com o governo golpista.

43. As formas para execução desses compromissos estão em disputa. Parte dos países desenvolvidos e o capital financeiro têm estimulado a criação de um mercado que terceiriza aos países em desenvolvimento o cumprimento de suas metas de redução das emissões de carbono, as quais são uma das principais causas das mudanças climáticas. Isso é especialmente perverso porque burla a ideia de um compromisso global de combate às mudanças climáticas e lega aos países mais pobres esse papel, limitando suas possibilidades de desenvolvimento.

44. Nós temos uma visão contrária a esta lógica que mercantiliza a natureza. É urgente a discussão sobre um modelo alternativo de desenvolvimento que resista às respostas neoliberais que procuram uma maior exploração de recursos naturais, sem proteção ao meio ambiente, respeito aos direitos das populações locais e dos trabalhadores e trabalhadoras.

45. De toda forma, o cumprimento destes acordos levará a significativas alterações na organização do modo de produção capitalista, exigindo atuação do movimento sindical para garantir que os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras sejam parte deste processo de transição, preservando direitos, oferecendo alternativas e proteção social.

DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

46. Faz parte da luta contra o golpe colocar em debate um modelo de desenvolvimento que supere o padrão de exploração e exportação de commodities, que sobreviveu mesmo durante os governos progressistas. Tal modelo contribui para ampliar a concentração de riqueza a partir da exploração privada de recursos minerais, agrícolas e hídricos, com elevado custo social e consequências irreversíveis sobre o meio ambiente.

47. Defendemos um modelo econômico que reivindique a consolidação de uma sociedade justa, democrática e socialista que rompa com este modelo predatório de interesse das corporações e das elites econômicas mundiais.

48. O debate da questão ambiental fica cada vez mais interligada ao modelo econômico e ao trabalho conseqüentemente. É necessário ampliar as discussões para todos os ramos e setores trazendo não só as particularidades regionais que decorrem das realidades nos estados como as das diversas atividades em que os trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos. A realidade dos trabalhadores e trabalhadoras deve ser problematizada diante das discussões mais amplas de proteção ambiental, visibilizando como determinadas atividades geram impacto ambiental, violam os direitos trabalhistas e têm efeitos nocivos sobre suas condições de vida e de saúde.

49. Esse trabalho conjunto com os estados e ramos da CUT deve ser incorporado às articulações com os movimentos sociais e entidades internacionais já constituídas, formando uma frente ampla de mobilização contínua da classe trabalhadora para manter as conquistas e impulsionar uma proposta alternativa de desenvolvimento, que supere a lógica de acumulação, concentração da riqueza e destruição do planeta.

50. Atualmente 85% da população brasileira vive nas cidades e boa parcela da população em situação de precariedade. As cidades brasileiras, progressivamente, estão deixando de ser o local de convívio para se tornarem mercadoria. Reforçar a luta pela reforma urbana e pela função social da propriedade e da cidade é mais um desafio para a classe trabalhadora: significa estender o direito à cidade para todos e para todas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

51. A economia solidária cresceu no Brasil e na América Latina em meio à resistência da classe trabalhadora à implementação do projeto neoliberal. Diante do fechamento de fábricas, desemprego, pobreza, flexibilização das relações de trabalho e ausência do Estado, os trabalhadores e trabalhadoras se organizam para buscarem saídas coletivas para enfrentar as dificuldades. Dentre as experiências, pode-se destacar as empresas recuperadas a partir da resistência e da organização sindical, as cooperativas da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária, o associativismo urbano, bem como e iniciativas de geração de trabalho e renda fomentadas por organizações sociais e pelo trabalho comunitário de pastorais. Soma-se à isso a experiência dos quilombos e dos povos tradicionais, bem como as iniciativas criativas colaborativas que buscam gerar

trabalho e renda de forma alternativa, autogestionária e coletiva.

52. Durante os governos Lula e Dilma, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, diversas políticas públicas voltadas à ampliação e ao fortalecimento da economia solidária foram implementadas, tornando-a mais um instrumento no combate à pobreza.

53. A economia solidária tem um papel importante na constituição dos laços de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras - especialmente aqueles que estão fora do mercado formal de emprego - fortalecendo sua auto-organização para lutar por direitos e novas formas de geração de trabalho e renda, busca por tecnologias e de democratização da economia. A economia solidária se coloca na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático.

54. Diante disso, o sindicalismo cutista deve assumir a economia solidária como uma estratégia para a organização da classe trabalhadora, pois ela traz o compartilhamento de valores que compõem a pauta socialista, e, portanto, reivindicar maior espaço para os empreendimentos e iniciativas da economia solidária na sociedade.

55. A economia solidária oferece a oportunidade para debatermos a incapacidade do capitalismo, como modo de produção, oferecer um paradigma de futuro digno e sustentável para a humanidade, democrático e socialista. Neste quadro de busca de alternativas, a economia solidária é expressão de experiências de produção e reprodução dos meios de vida, comercialização e finanças solidárias, consumo consciente e sustentável, estruturadas a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade e da cooperação.

FORTALECER A LUTA DA POPULAÇÃO LGBT NA VIDA E NO TRABALHO

56. A pauta LGBT deve estar presente no debate e na ação sindical. A CSD tem posição e compromisso com a luta pelos direitos dos LGBT, a exemplo do direito à união homoafetiva, uma conquista histórica desta população. Apoiamos as iniciativas e as políticas públicas afirmativas em favor deste público e que busquem reprimir todas as formas de discriminação, na vida e no trabalho, por orientação sexual e identidade de gênero.

57. A agenda conservadora imposta pelo governo golpista traz retrocessos, pois abre espaço para ações homofóbicas e discriminatórias nos serviços públicos, e o esvaziamento das

políticas públicas voltadas ao setor. No Congresso, as bancadas conservadoras querem impor uma agenda heteronormativa, o que favorece a perseguição, intolerância e os altos índices de violência contra a população LGBT.

58. Defendemos um Estado laico e uma sociedade com liberdade e igualdade. Nossos sindicatos devem ter uma luta cotidiana contra o preconceito, apoiar a inserção da população LGBT na luta sindical, e sua entrada no mercado de trabalho de maneira digna, combatendo a informalidade.

Desafios:

- Continuar na luta pela criminalização da LGBTfobia;
- Inclusão de LGBTs no mercado de trabalho;
- Buscar a proteção da população LGBT no mundo do trabalho;
- Acesso a políticas públicas e direitos fundamentais para a população LGBT.



